



## EMERGÊNCIA E CIRCULAÇÃO DA FÓRMULA DISCURSIVA “ITINERÁRIO FORMATIVO” E O PROJETO NEOLIBERAL NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Joelson Pereira de Sousa – [jpsousa@uneb.br](mailto:jpsousa@uneb.br)

Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-5632-3349>

Larissa Emídio Alves – [larissa2018emidioalves@gmail.com](mailto:larissa2018emidioalves@gmail.com)

Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil; <https://orcid.org/0009-0006-6089-2735>

**RESUMO:** O presente artigo visa problematizar a relação entre neoliberalismo e educação, tomando como objeto de investigação a emergência e circulação da fórmula discursiva “itinerário formativo” vigente no texto normativo da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Tendo em vista que as diretrizes neoliberais avançam por todos os setores da sociedade brasileira, importa destacar sua atuação no campo educacional, sobretudo, a partir da disseminação de um discurso ideologicamente comprometido em limitar e determinar o papel da educação a mero treinamento profissionalizante, a fim de universalizar a cultura do empreendedorismo como fator pedagógico decisivo para a formação escolar da juventude empobrecida, conformada ao trabalho precarizado e sem garantia de direitos. Conforme a hipótese interpretativa apresentada neste artigo, tal distorção das relações no mundo do trabalho resultam, justamente, da amplificação do discurso neoliberal de liberdade de escolha e autonomia empreendedora, que, na Reforma do Ensino Médio encontra-se cristalizado na fórmula “itinerário formativo”. Neste sentido, primeiro abordaremos os elementos que caracterizam a subjetividade neoliberal, responsável pela adaptação dos novos sujeitos à realidade de competição nas sociedades contemporâneas. Em seguida, argumentaremos rapidamente sobre a configuração do neoliberalismo como um projeto totalitário e, por fim, analisaremos como a circulação da fórmula “itinerário formativo” corrobora para a fixação dos elementos da subjetividade neoliberal na educação, sobretudo, na etapa do Ensino Médio. Este trabalho utiliza como procedimento metodológico a análise de fórmulas discursivas explicitada em Planque (2010) e o aporte teórico-conceitual de Laval e Dardot (2016) e Laval (2019) sobre os elementos que compõem as atuais sociedades neoliberais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Reforma do Ensino Médio; Fórmula discursiva; Itinerário formativo.

### 1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo, enquanto manifestação radical das aspirações capitalistas no âmbito da economia globalizada, caracteriza-se pela expansão ilimitada de uma racionalidade gerencial e financeira a todas as esferas da vida. Neste cenário, a educação invoca especial atenção devido ao seu caráter de obrigatoriedade e pleno reconhecimento como prática social indispensável para a formação dos novos sujeitos e dos atuais modos de vida em sociedade. Por isso, o projeto neoliberal vem avançando rapidamente no contexto educacional, em especial, através de intervenções normativas na esteira da regulamentação de reformas educacionais anunciadas como urgentes e necessárias, entre as quais, na realidade brasileira, destaca-se a Reforma do Ensino Médio de 2016. Um processo que, mesmo

questionável em sua legitimidade, vem promovendo uma série de mudanças no currículo, na estrutura pedagógica, na carga horária e nos materiais didáticos presentes no cotidiano escolar.

As análises aqui apresentadas visam problematizar a relação entre neoliberalismo e educação, tomando como objeto de investigação a emergência e circulação da fórmula discursiva “itinerário formativo” no âmbito do texto normativo da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Tendo em vista que as diretrizes neoliberais avançam por todos os setores da sociedade brasileira, importa destacar sua atuação no campo educacional, sobretudo, a partir da produção e disseminação de um discurso ideologicamente comprometido em limitar e determinar o papel da educação a mero treinamento profissionalizante, a fim de universalizar a cultura do empreendedorismo como fator pedagógico decisivo para a formação escolar da juventude empobrecida, conformada ao trabalho precarizado e sem garantia de direitos.

Assim, primeiro abordaremos os elementos que caracterizam a subjetividade neoliberal como responsável pela adaptação dos novos sujeitos à realidade de competição generalizada largamente difundida nas sociedades contemporâneas. Em seguida, trataremos de argumentar rapidamente sobre a configuração do neoliberalismo como um projeto totalitário e, por fim, discutiremos como a circulação da fórmula “itinerário formativo” corrobora a disseminação de elementos da subjetividade neoliberal na educação, sobretudo, na etapa do Ensino Médio.

## 2 A PRODUÇÃO DO SUJEITO NEOLIBERAL

No livro “A nova razão do mundo: um ensaio sobre a sociedade neoliberal”, Laval e Dardot (2016) abordam o conceito de neoliberalismo não mais como uma evolução continuada dos ideais identificados com o liberalismo clássico<sup>1</sup>, mas, sim, como etapa de superação das doutrinas liberais outrora celebradas pela tradição: em vez da livre iniciativa e da não intervenção do Estado na economia, a bandeira do intervencionismo estatal pró-mercado; em vez de Estado mínimo, a defesa do Estado empresarial como gestor dos fundos públicos; em vez de livre comércio, a regulamentação normativa em favor da ampliação dos mecanismos comerciais.

Para esses autores, tais alterações tiveram como marco inicial o ano de 1938, após a realização do *Colóquio Walter Lippmann* na cidade de Paris, que reuniu economistas destacados e autoridades intelectuais de vários países, com a finalidade de revisitar as doutrinas econômicas identificadas com o liberalismo e propor, pela primeira vez, uma espécie de agenda consensual em torno da necessidade de reelaboração pragmática das políticas liberais. Nesta nova agenda, celebra-se a radicalização do princípio da

---

<sup>1</sup> Segundo a tradição do pensamento liberal, autores como John Locke, Adam Smith e David Ricardo, seriam os principais responsáveis pela consolidação das bases do liberalismo, especialmente, pela defesa irrestrita do direito natural, da liberdade individual, da livre concorrência, do livre comércio e da propriedade privada.

concorrência generalizada como fundamento econômico da sociedade, mas, agora, incluindo a intervenção direta na administração estatal a fim de criar e garantir a estabilidade das estruturas econômicas em favor dos interesses privados do mercado. Tal conjuntura representaria a derrota do *laissez-faire*<sup>2</sup> e a vitória de uma política intervencionista.

Assim, a formulação do neoliberalismo não resulta de uma evolução natural da tradição liberal, pelo contrário, trata-se de uma ruptura, elaborada programaticamente para adaptar as condutas capitalistas à nova realidade da economia globalizada. Por isso, já no seu surgimento, o neoliberalismo se apresenta como um projeto totalizante, vinculado não apenas ao controle da esfera econômica, mas, também, da governabilidade do aparelho estatal, das dinâmicas de sociabilidade e da própria conformação da subjetividade humana. É neste sentido, que designamos o projeto neoliberal como um projeto totalitário.

Em particular neste texto, daremos destaque ao tema da formação da subjetividade neoliberal, considerando que, da mesma forma que o homem produtivo foi a grande obra da sociedade industrial do século XX, com o neoliberalismo, um novo tipo de sujeito, adaptado às exigências dos novos tempos, deveria ser gestado. Segundo Laval e Dardot (2016) esse “sujeito neoliberal” já é amplamente celebrado no mundo contemporâneo, através da massificação do ideal de homem eficaz, útil, dócil ao trabalho e disposto ao consumo. Em outras palavras, esse “neossujeito” teria sua existência completamente determinada pela lógica do desempenho, seguindo o padrão único do “sujeito empresarial”, do homem cálculo e do empreendedor de si mesmo.

Dessa forma, pode-se dizer que a expansão do neoliberalismo tem a ver com a afirmação de uma nova subjetividade humana, baseada na universalização da racionalidade econômica, da concorrência generalizada e da individualização radical. Trata-se do “sujeito do envolvimento *total* de si mesmo” (Laval; Dardot, 2016, p. 322), cujo *ser* existencial teria sentido apenas dentro das relações de mercado. Um sujeito fabricado para aderir a uma completa fusão entre vida pessoal e profissional, limitado a um modo uniforme de expressão da sua existência como “empresa de si mesmo”<sup>3</sup>. Daí vem a compreensão de que o mercado neoliberal segue convertendo tudo em mercadoria, na medida em que o próprio ser humano torna-se, em variadas dimensões, um produto a ser precificado. Assim:

A empresa de si mesmo é encontrar um sentido, um compromisso na globalidade da vida, o que começa cedo – com quinze anos, somos empreendedores de nós

---

<sup>2</sup> *Laissez-faire* é uma expressão francesa cujo significado é “deixe fazer”. Os pensadores liberais a utilizavam para se referir ao processo de não intervenção estatal, defendendo que o mercado teria condições de se regular de forma autônoma, sem a necessidade de interferência do Estado.

<sup>3</sup> Ainda segundo Laval e Dardot (2016), artistas e esportistas são exemplos contemporâneos dessa subjetividade neoliberal a partir do padrão da “empresa de si mesmo”, pois além da busca incessante pelo melhor desempenho e pela sobrevivência em meio ao concorrencialismo, eles também se “vendem” como produtos de consumo e lucram com a rentabilidade da aparência. São assim, figuras despersonalizadas e que encaram de maneira exemplar o modelo neoliberal do “eu empresa”.

mesmos assim que nos perguntamos o que queremos fazer da vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo momento. A criança deve ser “empreendedora de seu saber.” Desse ponto de vista, tudo se torna uma empresa (Laval; Dardot, 2016, p. 330).

Diante dessa hegemonia alcançada pelo padrão da empresa, fica claro que o neoliberalismo não se trata apenas de um fenômeno econômico, passando a configurar uma forma global de racionalidade mercantil e financeira, preocupada em assumir o comando até mesmo dos processos subjetivos implicados na modificação do caráter, na determinação de visões de mundo, na padronização de escolhas, na radicalização de condutas e relações no interior das sociedades contemporâneas. Para o sujeito neoliberal, “todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos” (Laval; Dardot, 2016, p. 325), dispondo completamente da existência e duração da sua vida para a transformação da realidade a partir da configuração de um mercado total.

É justamente devido a essa extrema capacidade de expansão e permeabilidade que o neoliberalismo pode ser caracterizado como um projeto totalitário, uma vez que seus arranjos e efeitos alcançam todas as dimensões da vida social, assumindo a condição de uma racionalidade global capaz de exercer controle sobre todos os organismos da sociedade. Ao mesmo tempo em que produz uma relação de passividade frente às mais graves distorções no plano da esfera pública, seja através da brutal concentração de renda, da extinção de políticas públicas, direitos e garantias, do enfraquecimento da democracia, da promoção de necropolíticas, ou mesmo, com o aumento vertiginoso de transtornos psicológicos ligados à necessidade de máxima desempenho, competição generalizada no mundo trabalho, ao hiperindividualismo e à cultura do consumo ilimitado etc. Em razão dessa multiplicidade de ocorrências, cada vez mais, a sociedade neoliberal contemporânea vem demandando uma série de estudos nas mais diversas áreas do conhecimento, como: história, educação, ciência política, direito, sociologia e psicologia etc.

### 3 A FÓRMULA DISCURSIVA<sup>4</sup> “ITINERÁRIO FORMATIVO” E O PROJETO NEOLIBERAL NA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A emergência da fórmula discursiva “itinerário formativo”<sup>5</sup> no campo educacional, além de

---

<sup>4</sup> Sobre a análise de fórmulas discursivas ver Krieg-Planque (2010) na obra *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*, na qual a autora apresenta quatro características que colaboram para a identificação de uma fórmula: 1) *Ter um caráter cristalizado*: quando uma expressão se consolida no discurso público, ganhando estabilidade nos espaços políticos e sociais. 2) *Integrar uma dimensão discursiva*: quando dispõe do amparo de uma certa comunidade lexical capaz de legitimar seu sentido. 3) *Apresentar-se como referente social*: quando fixa um sentido de caráter dominante e obrigatório. 4) *Despertar polémica*: quando provoca o debate, questionamentos, contestações e contradiscursos.

<sup>5</sup> Por que a expressão “itinerário formativo” pode ser considerada uma fórmula discursiva? 1) Porque cristaliza um discurso ideológico, o discurso da liberdade de escolha que encontra-se no centro do projeto neoliberal na Reforma do Ensino Médio. 2) Porque está amparada por uma comunidade discursiva ampla e delimitada: a do campo educacional. 3) Porque tornou-se

indicar uma novidade curricular que estabelece diferentes percursos para a formação na etapa do Ensino Médio, também representa uma estratégia de instrumentalização da linguagem para favorecer o avanço das políticas neoliberais na sociedade brasileira. Partindo dessa consideração inicial, nosso plano de análise consiste em compreender como a circulação dessa fórmula nos textos normativos colabora para a estruturação educacional de uma trajetória escolar centrada na formação da subjetividade neoliberal, por exemplo, através da transformação do hiperindividualismo, da liberdade de escolha, da flexibilidade, da concorrência generalizada, do empreendedorismo e da autogestão, em programa pedagógico.

Portanto, nossa atenção analítica volta-se para o modo como a difusão da fórmula “itinerário formativo” produz o efeito de um sentido objetivo em uma discursividade que visa determinar a captura neoliberal da finalidade instrutiva do Novo Ensino Médio<sup>6</sup>. Sendo assim, discutiremos a seguir as possibilidades de vinculação entre a formação da subjetividade neoliberal e a fórmula colocada em destaque, buscando demonstrar sua atuação no cenário educacional brasileiro.

### 3.1 A HIPERINDIVIDUALIZAÇÃO NA FÓRMULA “ITINERÁRIO FORMATIVO”

O neoliberalismo pressupõe a radicalização do espírito individualista, apresentado como padrão global de um comportamento necessário para a afirmação dos sujeitos nas sociedades contemporâneas. Em uma sociedade historicamente desigual e injusta, como a brasileira, tal discurso implica a defesa irrestrita de que o sucesso pessoal, profissional e econômico não estaria ao alcance de todos, restando, portanto, ao próprio indivíduo garantir a ascensão da sua condição social. Não por acaso, a proposição do Novo Ensino Médio busca promover a formação de sujeitos hiperindividualizados a partir de roteiros formativos autônomos e projetos de vida independentes, focados na aquisição de um conjunto de habilidades, competências, conhecimentos e qualificações individuais, voltadas para sua futura sobrevivência no mercado de trabalho. Trata-se da concretização, não de uma formação crítica ou cidadã, mas, exclusivamente, do investimento em capital humano.

Segundo Laval (2019), na obra “A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público”, as instituições escolares e seus profissionais estão absorvendo rapidamente as exigências das políticas neoliberais através de reformas educacionais que implicam a transformação curricular e pedagógica do ensino a partir da introdução de elementos da subjetividade neoliberal, voltados para a formação dos estudantes como “capital humano” altamente individualizado:

---

um sentido dominante referente à Reforma do Ensino Médio. 4) Porque suscita opiniões divergentes tanto em nível teórico como prático.

<sup>6</sup> A LEI nº 13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio), acompanhada da Exposição de Motivos e dos Referenciais Curriculares para a Elaboração dos Itinerários Formativos, são aqui considerados documentos centrais para as análises a seguir sobre a emergência e circulação da fórmula “itinerário formativo” no contexto educacional brasileiro.

Essa concepção estritamente individualista e condizente com os pressupostos da teoria neoliberal ortodoxa: o indivíduo possui recursos próprios que ele tenta incrementar ao longo da vida para aumentar sua produtividade, sua renda e suas vantagens sociais. Entende-se, portanto, que não existe nenhum altruísmo na aquisição desse capital humano. Tal concepção pressupõe que a escolha da profissão é unidimensional: a única coisa que interessa é a renda que a profissão proporcionará (Laval, 2019, p. 55).

Em conformidade com este princípio de hiperindividualização da formação escolar, o Novo Ensino Médio permite que o estudante volte-se apenas para o investimento em si mesmo, através da escolha de um “itinerário formativo” capaz de garantir a melhor rentabilidade para o seu capital humano, cujo resultado no futuro seria uma inserção promissora no mercado de trabalho. Desse modo, a única exigência a ser levada em conta no ato da escolha por uma área de conhecimento específica seria a possibilidade de acessar uma profissão com um bom ganho em termos financeiros, reduzindo o plano da formação escolar a um tipo de planejamento individual que busca exclusivamente o emprego de alta renda com suas vantagens sociais.

No campo educacional brasileiro, o processo de validação pedagógica do hiperindividualismo tem como um dos pontos chave o texto oficial da Medida Provisória (MP nº 746/2016) que encaminha a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), justamente quando faz referência aos percursos individuais de formação, representados pelos “itinerários formativos” de Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Formação Técnica e Profissional. Assim, de modo paradigmático, a partir da introdução deste elemento de radicalização da individualidade, nota-se a atuação intervencionista das políticas neoliberais na condução das reformas educacionais no Brasil.

Considerando que a escolha de um itinerário de conhecimento individualiza o processo de formação com base no aprendizado de conteúdos relacionados a uma área específica, o estudante pode ter a impressão de estar recebendo um treinamento mais aprofundado para o desempenho de atividades exclusivas em relação a um campo de trabalho pretendido, o que lhe daria melhores condições para se destacar entre os demais e acumular vantagens para adentrar o mundo da concorrência generalizada e, assim, se manter à frente na disputa pelo seu “lugar ao sol.” Pensando em resultados, a formação baseada em itinerários produziria sujeitos hiperindividualizados e altamente comprometidos com o ideal de sucesso profissional, apresentado como objetivo de aprendizagem em sua passagem pelo Ensino Médio.

Neste cenário, a circulação da fórmula “itinerário formativo” nos documentos oficiais também busca viabilizar o entendimento de que o estudante de Ensino Médio (geralmente um adolescente entre 14 e 17 anos) já seria um sujeito autônomo e autossuficiente, apto até mesmo para se desvencilhar dos laços de uma cultura geral mais ampla, assumindo a responsabilidade pela escolha de uma formação

específica capaz de definir os rumos de sua carreira profissional, muitas vezes, com repercussão para toda a vida. Isso porque “o neoliberalismo visa a eliminação de toda ‘rigidez’, inclusive a psíquica, em nome da adaptação às instituições mais variadas com que o indivíduo se depara no trabalho e na vida” (Laval, 2019, p. 42).

Desse modo, o “itinerário formativo” também tem a ver com o processo subjetivo de “autorreinvenção”, pelo qual os sujeitos se individualizam ainda mais radicalmente, na medida em que estabelecem um percurso de formação baseado apenas em seus interesses. A impressão é que o estudante estaria concebendo e realizando a si mesmo, como forma de se preparar para um mundo em que os resultados dependem exclusivamente de suas escolhas. Neste caso, o hiperindividualismo dos itinerários acentua a preocupação com o curto prazo e com o ingresso imediato em um mercado de trabalho altamente concorrido, na medida em que promove o ideal de profissionalização precoce ao oferecer um modelo de escolarização com foco na carreira profissional, já no âmbito da educação básica.

Na Lei nº 13.415/2017, que institui a Reforma do Ensino Médio, a referência aos percursos individuais de formação tem na composição da fórmula “itinerário formativo” seu ponto mais alto, em torno do qual se ordena os mecanismos de distribuição pedagógica dos conteúdos, os arranjos didático-metodológicos, a atribuição de cargas horárias e as formas de avaliação etc. Sempre buscando responder por demandas de adaptação, atualização e modernização do Ensino Médio frente às constantes mudanças e avanços tecnológicos que são característicos do mercado de trabalho neoliberal e de uma sociedade homogeneizada pela matriz do hiperindividualismo.

### 3.2 LIBERDADE DE ESCOLHA NA FÓRMULA “ITINERÁRIO FORMATIVO”

O discurso da liberdade de escolha em relação aos cinco “itinerários formativos” presentes na Reforma do Ensino Médio, seja em Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou Formação Técnica e Profissional, tornou-se essencial para a propaganda da reforma. A principal força de atração e convencimento dos benefícios do Novo Ensino Médio reside justamente na sugestão de que cada estudante poderá escolher livremente seu percurso formativo.

Para tanto, o bom funcionamento da estrutura curricular baseada nos itinerários de formação depende, necessariamente, da consolidação do princípio neoliberal da liberdade de escolha e por isso, a circulação da fórmula “itinerário formativo” teria como objetivo produzir discursivamente a compreensão de que cada estudante poderá exercer plenamente sua liberdade ao definir o percurso escolar que melhor atende a seus interesses. É a possibilidade da escolha livre e autônoma, que aciona no adolescente o fator de afirmação frente ao mundo, como se escolher uma área de conhecimento

específico significasse também alcançar um novo *status* existencial, agora vinculado a um projeto de realização futura.

Segundo Ribeiro e Zanardi (2020), no artigo “O Novo Ensino Médio e a liberdade de escolha”, a proposição dos “itinerários formativos” está vinculada umbilicalmente à possibilidade de escolha dos estudantes, revelando uma clara articulação que busca apresentar-se como resposta aos anseios juvenis por liberdade e autonomia.

A escolha do público-alvo é bem definida, sendo que é da juventude que o MEC pretende se aproximar através de imagens e linguagem que viabilizariam essa tentativa. O discurso centrado na liberdade de escolha seria o fundamento do Novo Ensino Médio, com a possibilidade de se desprezar o que não é interessante e/ou estimulante aos (às) jovens em seu percurso escolar (Ribeiro; Zanardi, 2020, p. 4).

Avançando nesse entendimento, os sentidos que emergem da fórmula “itinerário formativo” também podem repercutir a perspectiva neoliberal de governo de si mesmo, a partir da qual o estudante tem a impressão de que pode conduzir-se de forma independente na construção de seu próprio projeto de vida. Esse quadro se deve parcialmente ao fato de que, com a escolha de um itinerário através do qual ele se vê mais próximo de atingir o objetivo de se realizar em uma carreira profissional, especialmente, por ter excluído do seu processo de escolarização os conhecimentos, as disciplinas e os conteúdos que, na sua concepção, não acrescentariam qualquer ganho em sua trajetória de sucesso no mercado de trabalho.

No entanto, ao considerar a fórmula “itinerário formativo” síntese discursiva da Reforma do Ensino Médio, baseada no princípio neoliberal da liberdade de escolha, confrontamos uma realidade no mínimo contraditória. Liberdade de escolha é a última garantia que o estudante tem ao experimentar, no plano concreto, o Novo Ensino Médio, tendo em vista que; a própria Reforma resulta de uma imposição governamental<sup>7</sup> via lei obrigatória, que, em suma, determina a escolha de percursos segmentados para a formação escolar, em sinal de claro desprezo pelo compromisso educacional de favorecer o acesso dos estudantes ao rico acervo histórico-cultural produzido pela humanidade. Sem contar que tal obrigatoriedade também se dá em meio a instabilidades típicas das agitações emocionais que afligem muitos adolescentes, em um período conturbado para a tomada de decisões tão cruciais que possivelmente irão acompanhar esses jovens por toda a vida.

---

<sup>7</sup> É importante ressaltar que a instauração da Medida Provisória nº 746/2016 que posteriormente se tornou em 2017 a Lei nº 13.415 (Lei da Reforma do Ensino Médio), foi uma das primeiras medidas tomadas por Michel Temer ao assumir a Presidência da República após o golpe de 2016, sem nenhum tipo de consulta aos profissionais da educação e aos estudantes, o que a torna uma intervenção radical e autoritária.

Além disso, “a partir do momento que se supõe que o indivíduo tem condições de acessar as informações necessárias para sua escolha, deve-se supor que ele se torna plenamente responsável pelos riscos envolvidos” (Laval; Dardot, 2016, p. 342), o que significa dizer que, no contexto do Novo Ensino Médio, a responsabilização individual aparece como uma consequência direta da escolha do itinerário formativo, ou seja, o próprio estudante é o único responsável pela escolha realizada. Mais uma vez, temos aqui a repercussão de mais uma dimensão do projeto neoliberal no campo da educação, que visa individualizar a responsabilidade do estudante como o único a responder por suas escolhas, e, conseqüentemente, o único responsável pelo sucesso ou fracasso do seu futuro profissional, econômico e pessoal. Por isso, no âmbito desta análise, hiperindividualismo, liberdade de escolha e responsabilização individual não podem ser compreendidos separadamente.

### 3.3 FLEXIBILIDADE E CONCORRENCIALISMO NA FÓRMULA “ITINERÁRIO FORMATIVO”

A nova organização curricular proposta na Reforma do Ensino Médio imprime um caráter fragmentário à formação, na medida em que oferta percursos em áreas de conhecimento específicas, de certo modo, comprometidos em “reduzir a cultura ensinada na escola às competências indispensáveis para a empregabilidade dos assalariados” (Laval, 2019, p. 39), tornando-se um modelo de ensino superficial e empobrecido. No entanto, a despeito dessas observações críticas, o discurso reformista busca apresentar o novo currículo como uma modernização necessária e alinhada ao aprendizado de habilidades essenciais a fim de tornar os estudantes flexíveis e capazes de lidar com as mais diferentes realidades em um ambiente dinâmico e em contínua transformação.

Este ideal de flexibilidade também é mobilizado pela circulação da fórmula “itinerário formativo” ao provocar no estudante a impressão de que a sua formação ocorrerá a partir de um currículo aberto, flexível e atualizado em relação às questões práticas enfrentadas no cotidiano do mundo do trabalho. Tal percepção do currículo proposto dentro dos percursos formativos pode parecer tentadora aos olhos de muitos estudantes em razão da possibilidade de escolher, entre os itinerários, aquele que poderia melhor prepará-lo para um mercado de trabalho igualmente aberto, flexível e atualizado. No entanto, a flexibilidade aqui corresponde a um processo de instrumentalização da formação escolar no Ensino Médio com o objetivo de tornar flexível, não a formação, mas os próprios sujeitos, no sentido de sempre poder conformá-los e adaptá-los às constantes alterações nas demandas mercadológicas. Afinal, sujeitos flexíveis podem ser melhor ajustados para atuarem em qualquer condição e ocasião exigidas na esfera do trabalho.

O princípio neoliberal da flexibilização é também disseminado na Reforma do Ensino Médio através do discurso que defende um modelo de ensino no qual os estudantes devem ser preparados para

aceitar uma realidade mutante que exigirá, cada vez mais, flexibilidade do trabalhador, seja para deslocamentos, mudanças de função, de ramo de atividade e de renda, relativização de direitos trabalhistas etc. Tudo seguindo um fluxo tão variável e impermanente que, ao final, produzirá como modelo ideal de trabalhador versátil a figura do empreendedor autônomo capaz de sempre se reinventar. Por isso, o Artigo III da Lei nº 13.415/2017 que institui a Reforma do Ensino Médio prevê que cada estudante deve desenvolver como competências básicas na sua formação o conhecimento produtivo e a linguagem tecnológica<sup>8</sup>, enquanto formas de adaptação ao ritmo frenético das inovações no ambiente de trabalho do mundo contemporâneo.

Tais dispositivos, vinculados ao critério das competências, traduzem para o campo educacional o forte apelo à flexibilidade presente na ideologia neoliberal, exigindo que a formação escolar esteja focada no aprendizado de conteúdos ligados essencialmente ao desempenho e à produtividade, em outras palavras, uma educação submetida pelas exigências totalitárias do mercado global. Dessa forma, “a principal competência, a metacompetência, consistiria em ‘aprender a aprender’ para enfrentar a incerteza” (Laval, 2019, p. 44), difundida como solução educacional para a sobrevivência dos indivíduos em um cenário de concorrência generalizada imposto pelo neoliberalismo. A flexibilidade celebrada com a circulação da fórmula “itinerário formativo” está ligada à formação de uma geração de laços enfraquecidos em relação à cultura em geral, uma vez que são levados a valorizar apenas os conhecimentos de curto prazo e que atendam a uma necessidade de profissionalização cada vez mais precoce.

De modo similar, o princípio neoliberal da concorrência generalizada ou o concorrencialismo, também passa a integrar o cotidiano escolar a partir da circulação da fórmula “itinerário formativo”, na medida em que sugere a naturalização da concorrência como conteúdo educacional. Pois, o percurso formativo a ser escolhido é avaliado em relação ao valor do conhecimento implicado em cada itinerário – estabelecendo uma espécie de escala hierárquica entre os conteúdos a serem apreendidos. Desse modo o estudante, para adquirir vantagens concorrenciais, sempre buscará escolher uma formação diretamente vinculada ao campo profissional que pretende atuar.

A concorrência baseia-se na disseminação de um “pensamento único” que exige a contínua superação do sujeito – em relação ao outro e a si mesmo –, por isso, dia após dia, cada um deve investir no aprimoramento máximo do seu desempenho. Neste sentido, o Novo Ensino Médio serviria como um treinamento para que os jovens “aprendam a desempenhar comportamentos competitivos” (Chauí, 2020,

---

<sup>8</sup> Ver Incisos: “I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem” (Brasil, 2017).

p. 322), pois, ao fazer a escolha por um determinado itinerário, vislumbram um projeto de vida baseado na permanente aquisição de competências para o mercado de trabalho.

Dessa forma, a flexibilidade resultante da competência educacional do “aprender a aprender” se apresenta como motor do concorrencialismo, uma vez que prioriza a formação de sujeitos plenamente adaptáveis e prontos para aderir às mais diferentes circunstâncias e variáveis impostas pelo mundo do trabalho no século XXI. Quanto mais flexibilidade, mais chances do indivíduo se impor sobre os outros em um ambiente de concorrência generalizada. Portanto, tanto a flexibilidade quanto o concorrencialismo mediados pela circulação da fórmula “itinerário formativo” nos textos reguladores da Reforma do Ensino Médio, vinculam-se a uma perspectiva de educação baseada na redução da diversidade curricular, visando atender exclusivamente à necessidade de formação de mão de obra para o mercado neoliberal.

### 3.4 GESTÃO DA VIDA E CÁLCULO CUSTO-BENEFÍCIO NA FÓRMULA “ITINERÁRIO FORMATIVO”

Ainda perseguindo o objetivo de apontar características da subjetividade neoliberal evocadas pela circulação da fórmula “itinerário formativo”, chegamos aos elementos de gestão da vida a partir do cálculo custo-benefício. Esses fatores também se vinculam à cristalização do discurso da liberdade de escolha, a partir do qual o estudante teria a impressão de exercer plenamente o controle de suas decisões, assumindo a condição de senhor do seu próprio destino e capaz de definir um projeto de vida livre e autônomo, avaliando custos e benefícios a fim de traçar um plano seguro para seu futuro profissional.

Neste cenário, os *Referenciais curriculares para a elaboração dos itinerários formativos*, editados através da Portaria Nº 1.432 de 28 de dezembro de 2018, determinam que os itinerários devem ser compostos de quatro eixos articulares e estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo. Chamamos atenção aqui para a presença dos eixos “Processos Criativos” e “Empreendedorismo”, entendidos como responsáveis pela difusão das noções de “gestão da vida” e “cálculo custo-benefício” no âmbito da formação educacional – trata-se da lógica neoliberal se impondo uma vez mais sobre o currículo do Novo Ensino Médio.

Tais dispositivos, tomados em conjunto, têm sua legitimação garantida através da propagação da fórmula “itinerário formativo”, que avança no contexto escolar como sinônimo de um novo modelo educacional capaz de revolucionar a aprendizagem no Ensino Médio. No entanto, a grande inovação posta em prática neste modelo é a imediata associação da formação escolar com a “cultura da empresa”, o cerne da racionalidade e do projeto neoliberal para a educação brasileira. A partir disso, o principal objetivo desse novo padrão educacional seria produzir um modelo para a formação escolar: o sujeito

neoliberal – aquele que se percebe e se identifica intimamente como “empresa de si mesmo”, “empreendedor de si mesmo” e “gestor de si mesmo”.

Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz (Laval; Dardot, 2016, p. 327).

No âmbito do Novo Ensino Médio, esse elemento de “gestão da vida” é incitado a partir da fórmula “itinerário formativo”, colaborando para a integração entre práticas escolares e a diretriz neoliberal do governo de si mesmo. O jovem tem a impressão de que gere a si mesmo no momento em que exerce a sua liberdade individual, escolhendo um percurso formativo com a intenção de desenvolver seu próprio projeto de vida. Assim, pensa governar a si mesmo, na medida em que se torna um investidor-calculador, contabilizando e projetando os custos e benefícios que o itinerário formativo por ele escolhido poderá lhe trazer no futuro. Dessa forma, é a partir da formação escolar que esse sujeito será inserido em uma prática de autorreinvenção, na qual será o único responsável pelos danos ou ganhos futuros.

Portanto, a gestão da vida, enquanto elemento da subjetividade neoliberal, tem como base racional a universalização do cálculo custo-benefício que também se manifesta na fórmula “itinerário formativo” através da perspectiva da construção de um projeto de vida, sendo este, inclusive, elevado à condição de disciplina no currículo do Novo Ensino Médio. O projeto de vida consiste em um elemento central das disposições relacionadas ao *Eixo Estruturante Empreendedorismo*, proposto nos “Referenciais Curriculares para a Elaboração dos Itinerários Formativos” (Portaria N° 1.432 de 28 de dezembro de 2018). Trata-se de estimular os jovens a traçar um plano individual e desenvolver formas de gerar capital a partir dele, especialmente, ponderando sobre o caminho mais curto para atingir seus objetivos – uma lógica operada através de raciocínios baseados no cálculo custo-benefício.

No entanto, para que tal plano seja bem sucedido em meio a um ambiente de concorrência generalizada é fundamental o estímulo permanente à criatividade, à inovação e ao uso das mais diversas formas de tecnologias etc. – pontos articulados transversalmente pelo *Eixo Processos Criativos*. Vejamos:

Os estudantes são estimulados a criar empreendimentos pessoais ou produtivos articulados com seus projetos de vida, que fortaleçam a sua atuação como protagonistas da sua própria trajetória. Para tanto, busca desenvolver autonomia, foco e determinação para que consigam planejar e conquistar objetivos pessoais ou criar empreendimentos voltados à geração de renda via oferta de produtos e serviços, com ou sem uso de tecnologias. O processo pressupõe a identificação de potenciais, desafios, interesses e aspirações pessoais; a análise do contexto externo, inclusive em relação ao mundo do trabalho; a elaboração de um projeto pessoal ou produtivo; a realização de ações-piloto para testagem e aprimoramento do projeto elaborado; o desenvolvimento ou aprimoramento do projeto de vida dos estudantes (Brasil, 2018, p. 94).

O princípio neoliberal de gestão da vida baseada no cálculo custo-benefício também se retroalimenta da radicalização do individualismo, de modo que os estudantes são alçados à condição de sujeitos livres e autônomos para gerir sua vida pessoal e profissional como quiserem, sendo protagonistas tanto do seu percurso escolar como da sua futura posição social. O cálculo custo-benefício se relaciona a uma forma de perversão comum em nosso tempo, na qual, como nos lembra Laval (2019), “a escolha da profissão é unidimensional”, sendo o seu valor comunitário menos importante que o valor de ganho, ou seja, a valorização da profissão e dos profissionais é estabelecida a partir da quantidade de dinheiro que podem gerar.

Assim, a gestão da vida implicada no sujeito empreendedor de si mesmo, aquele que “consegue ser o instrumento de seu próprio sucesso social e profissional” (Laval; Dardot, 2016, p. 343), e que o modelo curricular do Novo Ensino Médio se empenha em naturalizar com a circulação da fórmula “itinerário formativo”, baseia-se na expansão de uma “governamentalidade empresarial” a todas as esferas da vida. Com isso, tudo passa a ser visto pela ótica do investimento, do lucro e da rentabilidade financeira – como resultado no contexto educacional, o estudante entende agora a escolarização como um empreendimento visando unicamente o sucesso profissional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises apresentadas anteriormente, a emergência e circulação da fórmula “itinerário formativo” no âmbito dos textos normativos da Reforma do Ensino Médio implica a disseminação de elementos da subjetividade neoliberal, em especial, o hiperindividualismo, a liberdade de escolha, a responsabilização individual, a flexibilidade, o concorrencialismo, a gestão da vida e o cálculo custo-benefício. Desse modo, pode-se dizer que configura uma estratégia discursiva de instrumentalização da linguagem colocada em prática no contexto educacional por conta de um projeto neoliberal que vem avançando sistematicamente sobre a sociedade brasileira.

Tal projeto é aqui adjetivado de totalitário, justamente porque significa uma interdição vertical e radical nas políticas educacionais, a fim de aparelhar e operacionalizar o ensino público para o treinamento de mão-de-obra barata e formação de sujeitos precários. Portanto, diante do forte alinhamento entre a Reforma do Ensino Médio e as diretrizes das políticas neoliberais para a educação, torna-se necessário ampliar as possibilidades analíticas para fazer avançar o debate em torno da percepção de que a atual agenda de propostas de reformas educacionais (Base Nacional Comum Curricular, Reforma do Ensino Médio, o Programa Escola sem Partido, os projetos de militarização e privatização das gestão

escolar) constituem dispositivos normativos estratégicos que colaboram, pela via da intervenção reguladora, para a expansão do projeto neoliberal na sociedade brasileira.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (PICIN-UNEB).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Exposição de Motivos: Medida Provisória nº 746 de 22 de Setembro de 2016*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. Planalto. *Lei do Novo Ensino Médio*. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 05/04/2023.

BRASIL. Diário Oficial da União. Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os *Referenciais curriculares para a elaboração dos itinerários formativos*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, edição 66, página 94. Publicado em: 05 abr. 2019.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e Irrupción*. Revista de Teoría y Filosofía Política Clásica y Moderna, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola Editora, 2010.

RIBEIRO, Márden Pádua; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. O novo Ensino Médio e a liberdade de escolha. *Revista Educação, Periódicos UFSM*, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/39519/pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

***Title***

Emergency and circulation of the discursive formula “Formation Itinerary” and the neoliberal project in High School reform.

***Abstract***

This article aims to problematize the relationship between neoliberalism and education, taking as its object of investigation the emergence and circulation of the discursive formula “training itinerary” within the scope of the normative text of the Secondary Education Reform (Law nº 13.415/2017). Bearing in mind that neoliberal guidelines are advancing throughout all sectors of Brazilian society, it is important to highlight their performance in the educational field, above all, based on the dissemination of a discourse ideologically committed to limiting and determining the role of education to mere professional training, in order to universalize the culture of entrepreneurship as a decisive pedagogical factor for the educational training of impoverished youth, forced into precarious work and without guaranteed rights. According to the interpretative hypothesis presented in this article, such distortion of relations in the world of work results precisely from the amplification of the neoliberal discourse of freedom of choice and entrepreneurial autonomy, which, in the High School Reform, is crystallized in the formula “training itinerary”. In this sense, we will first address the elements that characterize neoliberal subjectivity, which is responsible for the adaptation of new subjects to the reality of competition in contemporary societies. Next, we will quickly argue about the configuration of neoliberalism as a totalitarian Project, and; finally, we will analyze how the circulation of the formula “training itinerary” corroborates the fixation of the elements of neoliberal subjectivity in education, especially in the High School stage. This work uses as a methodological procedure the analysis of discursive formulas (Planque, 2010) and the theoretical-conceptual contribution of Laval and Dardot (2016) and Laval (2019) on the elements that make up current neoliberal societies.

***Keywords***

Neoliberalism; Secondary Education Reform; Discursive formula; Training itinerary.

---

Recebido em: 11/04/2024

Aceito em: 12/07/2024